

Ata Circunstanciada da 20ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
20ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE MARÇO DE 2026.

INÍCIO ÀS 16H20

TÉRMINO ÀS 17H32

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Antes da leitura do expediente, registro a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 50, de Ceilândia, que aqui estão participando do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Quero agradecer aos alunos e alunas que estão presentes.

Neste momento, saúdo os servidores da Carreira de Planejamento Urbano e Infraestrutura. Eu pedi há pouco ao secretário Daniel que encaminhe, imediatamente, o projeto da carreira a esta casa. O prazo está curto e, mais uma vez, peço ao nosso secretário Maurício que nos ajude nesse sentido, porque, de fato, trata-se de um compromisso firmado que precisa ser honrado. A categoria aguarda há muito tempo. Não há impacto financeiro, e o mínimo a ser feito é encaminhar este projeto a esta casa, para que haja tempo de ele ser votado.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, serei breve.

Quero cumprimentar todos os servidores do Detran-DF e dizer que praticamente todas as demais forças de segurança já foram contempladas com reestruturações e reajustes, enquanto os servidores do Detran-DF – assim como os da Polícia Penal – foram ficando para trás. Precisamos fazer jus ao trabalho que esses profissionais têm desenvolvido. Não podemos deixá-los para trás.

Não existe nenhuma outra medida que supra a necessidade de uma reestruturação para esta categoria, como o pleito que eles reivindicam.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Trata-se da principal demanda, e ela deve ser tratada com prioridade. Já demonstrei publicamente meu apoio, já disse que estamos juntos nessa batalha, e vossa excelência me disse a mesma coisa. Nós vamos trabalhar juntos.

Estarei à disposição naquilo que eu puder, lutando até o último momento para resolver essa questão e fazer jus ao trabalho desses servidores. Estou ao lado de vocês.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho de cada um.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quero saudar todos os servidores do Detran-DF e parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa pela condução do tema.

Ontem, conversamos com a Secretaria de Estado de Economia e ficou acertado que, por se tratar de orçamento próprio, não haveria problema em enviar o projeto a esta casa. O que aguardamos, portanto, é o cumprimento desse compromisso e a votação da matéria, preferencialmente ainda nesta semana ou, se for o caso, até amanhã. Como amanhã há a apreciação de alguns importantes projetos, o deputado Chico Vigilante solicitou que se incluísse o do Detran-DF, fazendo justiça a essa importante categoria e garantindo aquilo que foi devidamente acordado.

Agradeço ao deputado Eduardo Pedrosa, às entidades de classe que estiveram conosco pedindo por isso e a cada servidor presente. Muito obrigado pela presença de vocês. Aos aprovados da Polícia Penal, obrigado pelo apoio. Estamos acompanhando essa pauta de perto.

Conforme tinha falado com vocês, conversamos com a vice-governadora Celina Leão, que se comprometeu, tão logo tome posse – a posse está marcada para segunda-feira, às 9 horas da manhã, e vocês estão convidados –, a tratar dessa matéria com prioridade. Trata-se de uma carreira extremamente importante. Nós precisamos chamar esses profissionais. Conheço bem o sistema penitenciário – aquilo é sempre uma bomba pronta a explodir. A única forma de garantir estabilidade é contar com servidores em número suficiente e com qualidade, somando os futuros servidores aos que já estão lá.

É importante que eles sejam chamados, que imediatamente uma turma seja chamada e que se apresente um cronograma para as demais convocações ao longo deste primeiro semestre. Essa é a expectativa que temos.

Quero saudar o presidente Paulo, que tanto tem cobrado por isso. Obrigado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Convido o deputado João Cardoso a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Como líder.) – Presidente, boa tarde; boa tarde a todos os parlamentares, a todas as parlamentares presentes, aos servidores, aos assessores, à imprensa, que sempre nos cobre com a maestria maravilhosa. Cumprimento todas as carreiras de servidores públicos que aqui se encontram, procurando melhoria. Repito que os verdadeiros guardiões do serviço público são principalmente os servidores efetivos, que guardam a memória e são esses que colocam o seu CPF. Que fiquem até o final da carreira. Parabéns.

Eu faço um agradecimento inicial ao nosso Fascal, o plano de saúde da Câmara Legislativa, na pessoa do Giovanni, que é o diretor, pois o Fascal tem feito um excelente trabalho. Todas as vezes que alguém é atendido, seja qualquer servidor daqui, eles vão até o local, verificam o tratamento e procuram soluções. Os servidores do Fascal estão de parabéns, assim como o serviço de atendimento médico aqui dos servidores da nossa saúde.

Presidente, vou falar apenas de uma carreira das que estão presentes, por conta de uma situação bem histórica que me chamou a atenção. Em 2019, quando eu assumi como parlamentar pela primeira vez, no primeiro mandato, existia aqui a reestruturação da carreira majoritária da

Fazenda e existia também a da carreira fazendária. Digo para vocês que eu estive aqui e havia aquela discussão sobre colocar as 2 matérias em votação. Estava sendo acordado isso.

Eu tive que ir a Sobradinho, porque era final de ano e havia a formatura de um dos meus filhos – do meu sétimo filho, são 8 –, e voltei voando. Quando eu cheguei, encontrei a equipe da associação fazendária descendo. Eu perguntei se tinha dado tudo certo, se a matéria tinha sido aprovada, porque estava todo mundo no plenário. Eles responderam: “Não, deputado, foi acordado votar o projeto da outra carreira e votar a nossa em 2020, no início do ano”. Ficou aquele barulhinho “Cric, cric, cric”. Até hoje não mandaram o projeto de lei da carreira fazendária da Administração Tributária do Distrito Federal.

Eu estou engasgado até hoje com isso. Eu imaginei: “Será que vão mandar?” Falaram “Deputado, foi acordado”. Tem acordo que não funciona, mas, desta vez, o deputado Chico Vigilante levantou a bola, e eu simplesmente mantive a bola levantada para ele cortar, para que, com os demais deputados, possamos pedir e exigir do Governo do Distrito Federal que só votaremos qualquer outro tipo de projeto da fazendária se votarmos essa injustiça que foi cometida em 2019.

Agradeço ao deputado Chico Vigilante, ao presidente, deputado Wellington Luiz, a todos os parlamentares que estavam na reunião de líderes, e assim foi decidido. Parabéns.

Presidente, quero falar também da nossa CEB. Ontem houve um pronunciamento da CEB, nas redes televisionadas, que noticiou que o DF está 100% com iluminação pública de LED. Pode até haver 100% de LED instalada, mas as lâmpadas não estão funcionando. Falaram que iriam fazer um mutirão, talvez no Plano Piloto – isso é ótimo –, mas há vários trechos do Distrito Federal sem iluminação.

Se houver algum parlamentar que tenha feito levantamento, convido-o a andar comigo pelas cidades, pois eu tenho andado em todas elas. Essa situação tem me agoniado e me incomodado. Há lâmpadas queimadas e que não funcionam o tempo todo – e não são poucas.

Quero pedir à direção da CEB que haja celeridade e seriedade, pois chegou a informação de que foram adquiridas lâmpadas de LED vagabundas, de segunda linha. Parece até que há investigação do Tribunal de Contas sobre isso, pois não faz sentido instalar lâmpadas de LED, realizar a substituição, e essas lâmpadas queimarem de repente. Eu passo vergonha, porque isso acontece em vários pontos. Só em Sobradinho, são 52 localidades com luminárias de LED queimadas ou avariadas. Várias ouvidorias já foram registradas, inclusive minhas.

Presidente, onde eu moro, na DF-425/BR-020, toda vez que passo lá com a minha esposa, conto sequências de 9 ou 8 lâmpadas queimadas. Há algumas, inclusive, que ficam piscando. O meu gabinete já registrou ouvidoria sobre o caso.

Uma vez, presidente, eu comecei a cantar “É Natal, é Natal, um Feliz Natal”, porque era dezembro. Eu mandei essa gravação para o pessoal da CEB. Só que, claro, a situação não foi resolvida.

Há 100% de LED instalada, mas há 100% de lâmpadas funcionando? Convido o pessoal da CEB a dar uma volta pela cidade como um todo. Nós temos um levantamento. Eles precisam ir substituir essas lâmpadas. Observei que, nas ruas onde as lâmpadas de LED são mais antigas, estão todas acesas. Portanto, que a CEB providencie isso, porque, realmente, parece que ficou pior do que antes, quando a responsabilidade era somente da CEB.

Quem for a Planaltina e passar pelo Viaduto Padre Jonas, entre o Dia a Dia e o Comper, deputado Pepa, poderá observar mais tarde que ele está totalmente apagado, assim como o viaduto da DF-425/BR-020. Eu falo de várias lâmpadas – dezenas, não apenas 1.

Presidente, agora quero falar sobre a questão que não está apagada ainda, a do BRB e do Master. Há aquele projeto de lei que foi encaminhado à Câmara Legislativa e aprovado. Depois de aprovado, ele virou lei. Qual era o objetivo? O aporte financeiro para salvar o BRB, após um rombo de milhões de reais feito pela gestão do próprio banco. Mostraram para nós um cisne, que, na

verdade, não era um cisne; era um monstrinho. Nós fomos descobrindo tudo. Isso tem revoltado muito a população do Distrito Federal.

Ressalto que eu sou servidor de 2 carreiras: auditor fiscal e professor. O deputado Wellington Luiz é servidor da carreira policial; o deputado Pepa é auditor; a deputada Dayse Amarilio é da área de enfermagem; o deputado Gabriel Magno é servidor da educação; o deputado Fábio Félix é da área socioeducativa.

Aí falam: "Os deputados, que são servidores..." Mentira! Mentira! Há servidores efetivos aqui, e todos nós deputados desta casa somos servidores públicos e temos prestado um serviço de excelência no Distrito Federal. Todos nós representamos a população do Distrito Federal e estamos servindo a ela. Por isso, todos esses lotes, que foram colocados como garantia, ocasionam um efeito danoso aos servidores públicos e à população do Distrito Federal.

Muitos na rua me perguntam que lotes são esses. Eles agora vão saber. Eu visitei todos os lotes e fiz o levantamento de todos.

(Apresenta projeção.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Como líder.) – O primeiro lote, que vocês podem ver na tela, é o da Caesb. Está ali o lote da Caesb, trecho de serviço público. Esse lote da Caesb é totalmente ocupado pela empresa.

No local ainda funcionam a Escola Corporativa da Caesb, que forma servidores e capacita os profissionais dessa empresa; o Caeso – Caesb Esportiva e Social, o clube da Caesb; e todo o transporte da Caesb. Este lote foi colocado no projeto de lei para salvar o BRB, e o projeto foi aprovado. Lá funciona o transporte, além de um grande pátio utilizado para depósito de equipamentos e materiais da companhia.

O segundo lote é o Parque de Apoio da Secretaria de Saúde, deputada Dayse Amarilio. Que parque é esse? Olhem lá. Vocês estavam pensando que se tratava de um lote vazio? Não. É um lote antigo, totalmente ocupado, localizado no SIA. A deputada Dayse Amarilio deve conhecê-lo muito bem. Vejam como ele está todo ocupado.

Esse lote possui algumas edificações: o arquivo central da saúde; o almoxarifado central; a costuraria; o departamento de tecnologia; a oficina mecânica; a gerência de patrimônio e do transporte; o NEU, Núcleo de Educação em Urgências do Samu, que presta socorro a todos nós nas ruas; a farmácia central – mais forte ainda, deputada Dayse Amarilio –, onde funciona todo almoxarifado, guardando todos os medicamentos da Secretaria de Saúde, e também é o centro de distribuição de remédios para todas as unidades de saúde do Distrito Federal.

O terceiro lote é da Semob, Secretaria de Transporte e Mobilidade. Vejam que esse lote está menos ocupado, mas vamos ver o que há nele.

Naquele lote funcionam a Subsecretaria de Terminais, Mobiliário Urbano e Infraestrutura de Mobilidade Ativa, Suter; a Diretoria de Administração de Terminais e Mobiliário Urbano, Diater; a Gerência de Administração de Terminais; e a Gerência de Mobiliário Urbano. Trata-se de um lote público que está ocupado com equipamento público e com serviço público.

O próximo lote, que é do governo, está ocupado pela Secretaria de Fazenda, onde estão os auditores e os servidores públicos.

Nesse local encontra-se a área de fiscalização tributária da Receita. É lá que funcionam, 24 horas por dia, a fiscalização em trânsito de mercadorias, o depósito de apreensão de mercadorias, o núcleo de transporte, além de uma agência de atendimento da Receita. Lá também há servidores públicos que fazem o atendimento ao público.

O quinto lote é da CEB. Vejam bem a ocupação desse lote, olhem a quantidade de prédios que há nessa ocupação, no SIA, que foi colocado como aporte para tentar salvar o rombo que alguém fez no BRB, e que tem que ser apurado.

A área é ocupada pela Neoenergia e pela CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., CEB IPES, com 10 prédios funcionais. Abriga equipamentos pesados, máquinas, caminhões, tratores, estoque de peças de reposição e utensílios, como tubulações e postes de concreto. O lote está todo ocupado, funcionando, e foi colocado como garantia. Isso é muito estranho.

O próximo lote é o da Novacap. Agora há a Novacap também. Vejam a quantidade de órgãos cujos lotes estão sendo colocados como garantia, se é que isso será aprovado, pois a justiça já suspendeu. Olhem a quantidade de prédios existentes – está circulado ali!

A Novacap opera, em suas instalações, uma fábrica de pré-moldados, que produz, a partir de rejeitos da construção civil, meios-fios e bloquetes utilizados na urbanização da cidade. Funciona também como depósito de vários outros equipamentos. Trata-se de mais um lote público, do serviço público, que presta toda a infraestrutura para o GDF e para a população do Distrito Federal, sendo colocado como garantia.

Vamos para o próximo. Para quem não sabe, este é um trabalho de auditoria muito bem levantado, para não se falar nada que não esteja acontecendo.

Temos o Centrad, o Centro Administrativo, que está lá em Taguatinga. Ele está sendo colocado também como garantia. Existe uma discussão, no Centrad, entre o consórcio, a Caixa Econômica e o próprio Governo do Distrito Federal, para apurar a quem realmente pertence aquela propriedade. Esse é o Centrad.

Temos agora o oitavo lote, que pertence à Polícia Militar do Distrito Federal. É o único lote que está desocupado, mas pertence à Polícia Militar do Distrito Federal. E eu acredito que eles precisem desse lote.

Agora vem a Serrinha. Peço atenção para revelar algo que nós levantamos e que a mídia ainda não noticiou, deputada Dayse Amarílio. É bom que a imprensa saiba disto.

Na Serrinha, a gleba A, com 716 hectares, foi colocada como de propriedade da Terracap. Gravem esta matrícula: 125.888 – ela lembra o meu número de campanha, que era 70.888. Ela está registrada no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF, localizado no Venâncio 2000.

Essa área, conhecida como Serrinha, tem mais de 100 nascentes – eu já a conhecia, mas fui até lá para ver tudo direitinho. É uma zona totalmente ambiental, confirmada, inclusive, pelo Zoneamento Ecológico e Econômico de 2019. Ela abrange 10 núcleos rurais – Boa Esperança, Taquari, Bananal, Olhos D'Água, Torto, Tamanduá, Urubu, Jerivá, Palha e Capoeira do Bálsamo – e é uma importante área de recarga de aquíferos.

O que é uma área de recarga de aquíferos? Eu falo como graduado, servidor público e doutor na área. A recarga de aquíferos é a região onde a água permeia. E, lá, ela sai em mais de 100 nascentes. A área de recarga de aquíferos, segundo estudos já feitos, fica lá na Serrinha. Essa água é muito importante para o potencial hídrico do Distrito Federal. A Serrinha também faz parte da APA do Planalto Central e está totalmente protegida.

Está também para ser criado o monumento natural da encosta, o Parque Distrital Pedra dos Amigos, visando-se conter as ocupações irregulares e proteger os recursos hídricos. A Serrinha é vital para a segurança hídrica do Distrito Federal.

Eu vou falar agora do mais importante, deputado Max Maciel. A matrícula nº 125.888, constante da Lei Distrital nº 7.845/2026, aprovada nesta casa, possui 2 impedimentos: o impedimento ambiental, de que eu acabei de falar – mostro isso tecnicamente –, e o impedimento judicial, que não foi mencionado hora nenhuma. Por quê? Talvez porque ninguém saiba que ele existe, mas vão saber agora.

O poder público diz que as ocupações que lá existem estão atrapalhando, diz que elas são de invasores. Quem é invasor? Quem está dizendo que eles são invasores procure saber, fiscalize, pegue a escritura, pegue o documento das chácaras que existem lá e confirme se isso é verdade, se

é mentira, mas pare de falar palhaçada na televisão e de colocar todos esses 10 núcleos rurais como suspeitos. Vá lá, mande a fiscalização, contrate os servidores auditores que estão aí, concursados, prontos para serem convocados – mas não os convocam.

Depois que há ocupação da área, dizem que é ocupação irregular, mas não colocam ninguém para fiscalizar. Se fiscalizarem, vão descobrir a verdade. De repente, tudo vai estar documentado.

Todos os 10 núcleos rurais que lá existem são núcleos rurais que preservam o meio ambiente. São produtores orgânicos. Eu os conheço. Por isso, vou estar sempre presente, junto com eles e junto com a população.

O problema não são eles. O problema é a área em que estão querendo fazer a matrícula nº 125.888. Essa é perigosa. Prestem atenção! Essa é uma área de recarga de aquífero.

Essa área que o GDF disponibilizou para incorporação ao capital do BRB é claramente litigiosa. Pairam dúvidas sobre a dominialidade da terra, se ela é da Terracap ou não. Eu vou mostrar isso.

A proposta apresentada sob a matrícula nº 125.888 se configura ilusória. Colocaram no projeto de lei uma matrícula ilusória, pois o bloqueio estabelecido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região diz que nenhuma alteração nos registros está autorizada. Existe um bloqueio.

Olhem ali a Serrinha. A escritura é a certidão que bloqueia a matrícula nº 125.888, datada de 25 de abril de 2017, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF, localizado no Edifício Venâncio 2000.

Quem quiser ir lá, deputada, pode ir. Pagará R\$40 e pegará a escritura. Essa escritura está bloqueada. O bloqueio foi feito pelo TRF1. Toda proposta financeira, toda proposta de alteração de destinação que envolva a matrícula nº 125.888, que está no projeto de lei aprovado nesta casa e que virou lei, senhoras e senhores, está bloqueada, está proibida. Nenhum investidor terá interesse em adquirir um imóvel bloqueado, porque não poderá se fazer nenhuma negociação com ele ou alteração nele. Eu não acredito que o Banco Central vá aprovar tal operação por parte do BRB.

Eu digo para vocês chacareiros da Serrinha que fiquem tranquilos porque, por enquanto, aquela matrícula, além de conter a questão ambiental, está bloqueada pela justiça. Nada pode ser feito lá.

Eu espero muito que o Governo do Distrito Federal se vire e procure uma solução. Se quiser ajuda, eu ajudo. Eu vou atrás. Não vou me furtar de ajudar não. Mas que ele procure a solução para salvar o BRB, porque, por esse projeto, possivelmente o banco não será salvo do rombo que fizeram.

Nós estamos estudando a possibilidade de nos sentarmos com todos aqueles que se interessam em abrir CPI para investigarmos a vagabundagem que aconteceu ali, porque alguém tem que ser responsabilizado por tudo isso. Uma operação dessa não se faz sozinho.

A justiça tem que ser feita. A população do Distrito Federal está morrendo, deputada Dayse Amarílio, nos hospitais públicos, sem atendimento. Entristece-me muito saber que não existe amor no coração de muitos governantes. O que existe é interesse particular.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

Parabéns, deputado. No comunicado de líderes, o seu tempo de fala foi recorde na história da Câmara Legislativa, mas foi muito bem feito.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, houve uma sessão em que o deputado Fábio Félix apresentou um relatório cuja leitura durou quase esse tempo que o deputado João Cardoso usou. (Risos.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Foi como naquele dia em que o deputado Chico Vigilante pediu para vossa excelência ler 174 emendas.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Sim, do projeto da rodoviária. Levamos entre 27 e 30 minutos. (Risos.)

Presidente, quero fazer uma menção ao pessoal da categoria de atividades em transportes urbanos, que está na galeria. Eles têm levado o Vai de Graça no peito e têm feito um trabalho maravilhoso. Há mais de 12 anos, estão aguardando reconhecimento. Eles merecem esse reconhecimento. Deixo público o meu apelo ao governo para que atenda e ouça a demanda dessa categoria, que é relativamente pequena e precisa desse suporte. Todos foram atendidos, menos eles. Então, é importante que tenhamos esse olhar. Conte conosco, Daniel.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. A pedido de vossa excelência, falei há pouco com o secretário de Economia. Ele disse que, daqui a pouco, haverá uma reunião com o governador para ver se conseguimos encaminhar tanto o projeto de lei do pessoal da carreira de atividades em transportes urbanos quanto o projeto de lei do pessoal da cultura. O projeto do pessoal da carreira de planejamento ele disse que já está pronto para encaminhar. Quanto ao Detran-DF, como o órgão tem recursos próprios, estamos trabalhando com o secretário de Economia para que o projeto seja encaminhado, no mais tardar, até amanhã ao meio-dia, para que consigamos votá-lo dentro do prazo. Fica registrado o nosso compromisso.

Mais uma vez, parabeno o deputado Eduardo Pedrosa pelo comprometimento e pela dedicação para atender essa importante carreira. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, vossa excelência falou sobre eu ter lido aquelas emendas a pedido do deputado Chico Vigilante. Esse é um direito dele. Faço a leitura quantas vezes forem necessárias – e com a maior boa vontade.

Presidente, eu falo pouco; por isso, fiz uma poupancinha e falei mais hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu queria que vossa excelência lesse aquele projeto que ele pediu que o deputado Eduardo Pedrosa lesse, que tinha 174 emendas. (Risos.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

Passo a presidência ao deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, acho que foi muito importante a fala do deputado João Cardoso, porque é a estreia dele na oposição. Isso é importantíssimo. Já não somos só 6, agora somos mais. Acho isso importantíssimo.

Quero falar ao pessoal da carreira fazendária que nós temos um compromisso, que está sendo cumprido – eu propus isso há algum tempo –, de não votar nenhum projeto de categoria ligada à de vocês enquanto não vier o projeto de vocês. Afinal de contas, são 7 anos de espera. Não dá para continuar assim.

Presidente, estou vendo aqui uma matéria do *Correio Braziliense* sobre o senhor Ibaneis Rocha. A manchete diz: "Ibaneis culpa oposição por 'fragilizar' socorro ao BRB e critica pedidos de *impeachment*". Governador Ibaneis, eu, que sempre tive bom diálogo com o senhor e sempre o respeitei, afirmo que quem levou o BRB a essa situação foi o senhor. Não fui eu, não foi o deputado

Gabriel Magno, não foi o deputado Fábio Félix, não foi a deputada Dayse Amarilio, não foi nenhum de nós. Foi vossa excelência que levou o BRB a essa situação. E agora ele vem dizer, deputado João Cardoso, que nós o estamos impedindo de salvar o BRB?

Eu disse outro dia e repito nesta tribuna: parece a tática de quem bate a carteira e sai gritando “pega ladrão” para desviar a atenção da polícia. Isso não é possível! Foram o senhor Ibaneis Rocha e o Paulo Henrique que levaram o BRB à situação em que está hoje.

Apresentaram uma proposta que dizem ser para salvar o banco, mas que é completamente inviável. Nós dissemos isso aqui. Para quem está assistindo a nós, informo que os grandes bancos, hoje, não têm sede própria. Eles venderam todos os prédios. Como é que os bancos vão querer um suposto fundo imobiliário formado de terrenos dos quais nenhum pode virar dinheiro imediatamente? A dívida do Centrad, que o consórcio tem com a Caixa Econômica Federal, é R\$1.950.000.000. É essa a dívida. Quanto aos demais terrenos, é impraticável... Portanto, venderam uma fantasia, viram que isso deu errado e agora querem culpar todos nós. Nós não vamos aceitar isso e vamos continuar resistindo aqui.

Ele fala que pedimos *impeachment* sem fundamento. Em qualquer lugar do mundo, depois do que ele fez, ele já teria sofrido *impeachment*. O problema é que esta Câmara Legislativa tem tido muita boa vontade com ele. Essa boa vontade está se esgotando. Em qualquer lugar do mundo, teria havido *impeachment*.

Então, não nos culpe. Não venha culpar quem não tem culpa, porque nós da oposição não temos culpa nenhuma do que o senhor fez com o Banco de Brasília. O senhor inviabilizou o banco e está inviabilizando o Distrito Federal.

Dito isso, passo a outro ponto que abordo aqui constantemente: a máfia dos postos de gasolina do Distrito Federal. Está havendo a guerra da besta-fera, o Trump, com o Irã. Não vem uma gota de petróleo do Irã para o Brasil. O Brasil é autossuficiente em produção de petróleo. Não há nenhum outro lugar que produza o tanto de etanol que o Brasil produz. Por que aumentaram o preço do etanol se não há ganância? Por que aumentaram o preço da gasolina se não há ganância? E o preço do *diesel*? A tal da distribuidora está estocando *diesel* para tentar dizer que está faltando *diesel* no mercado e aumentar o preço. Isso é esquema mafioso. Isso é máfia, e máfia tem que ser combatida. Com máfia não se brinca. Tem-se que combater esses mafiosos que estão infernizando a vida de todos nós.

A maioria das pessoas aqui não anda de carro porque gosta de andar de carro; anda de carro porque o transporte público não presta. Se for andar de transporte público, não vai chegar ao destino na hora. Até 30% do salário de algumas pessoas está ficando comprometido com a locomoção, dado o preço da gasolina.

Hoje, mais uma vez, acionei o Procon, acionei todos os órgãos de defesa do consumidor para combatermos essa máfia intolerável no Distrito Federal.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, líder do PT.

Dando continuidade ao comunicado de líderes, concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio, líder do Bloco PSOL-PSB, da juventude do PSB.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde, pessoal.

Nós estamos aqui, nesta tarde, praticamente correndo contra o tempo. Ver essa galeria sempre cheia é importante, porque acho que todos nós – eu sou servidora pública da Secretaria de Saúde – temos aqui uma missão muito grande, que é resistir. Eu espero que vocês tenham

consciência do que eu vou falar. Na verdade, nós temos resistido para continuar existindo. Eu falo isso na saúde, mas eu falo isso para todos vocês.

Nós vimos passarem aqui alguns projetos que são importantes e que não devemos esquecer em 2026, como, por exemplo, projetos que aumentavam o número de cargos comissionados em todas as pastas da secretaria. Nós perdemos a memória de haver servidor fiscalizando e construindo política pública. Porque a grande questão – algo que me incomoda e sempre me incomodou muito e que, eu estando aqui deste lado, hoje, vejo com mais clareza ainda – é que a preocupação é sempre a próxima eleição, é sempre o grupo político voltado para a próxima eleição.

Nós vimos subir o teto de comissionados de 50% para 80%, enquanto há carreiras importantes que lutam, como a carreira que está presente na galeria, que há 13 anos luta por uma reestruturação e poderia estar fazendo agora planejamento e gestão de política pública. (Palmas.)

Acontecem coisas aqui por falta de representatividade. É por isso que realmente precisamos trabalhar para ocupar esses espaços. O pessoal da carreira da gestão fazendária, há 8 anos, luta para fazer um projeto que reestrutura uma carreira para haver segurança jurídica, sem qualquer impacto orçamentário. O pessoal da carreira da saúde chamada Gaps, que é carreira meio, é invisibilizado. Não existe mais concurso para essa carreira; o último foi em 2010.

Sabem o que eles querem fazer? Acabar com o servidor público. Mas não somos nós que somos parasitas; não somos nós que atrasamos o serviço público; não somos nós os culpados, por exemplo, de o governo estar hoje sem recursos para comprar um soro, uma agulha. O governo hoje está falido. Mas cadê o dinheiro?

Nós vemos coisas que nos revoltam. Vemos um ataque ao Iprev, e todos nós temos que nos unir em relação a isso, porque a questão do BRB coloca à prova o Iprev de todos nós servidores. Foi aprovado, no ano passado, que todo o superávit do Iprev pode ser acessado a qualquer momento pelo Governo do Distrito Federal. Muitos colegas que, inclusive, são servidores votaram a favor dessa matéria.

Isso é triste, porque a grande questão é que, no momento em que o aposentado mais precisa e não tem condição de acessar saúde, ele sofre redução do seu salário e enfrenta a negligência e a ausência do Estado para protegê-lo e garantir atendimento quando mais precisa. É isso que os aposentados do Distrito Federal estão enfrentando. Eu vou me aposentar daqui a um tempo, e vocês também. Não podemos esquecer disso em 2026.

Não podemos esquecer também, por exemplo, quem diz que a culpa é do servidor: “Ah, mas se formos reestruturar a carreira de todo mundo...”, “Ah, mas se formos fazer para todo mundo...” Pois é. E o dinheiro para as obras que estão paradas? Quais foram os valores? Será que a obra custava aquilo mesmo? Ficam as perguntas.

Cadê os serviços pagos sem contrato, por exemplo, no Instituto de Gestão Estratégica? Sem contrato, não há parâmetro nenhum para pagar esses serviços. E as parcerias feitas com os amigos donos de empresas? E a compra de título podre que, segundo o presidente do BRB, não foi de R\$12 bilhões, mas de R\$31,1 bilhões? Não sabemos o quanto será salvo de título bom. E a criação de uma secretaria para um amigo que perdeu o mandato de deputado? Foi criada uma secretaria para acomodar o amigo. Mas nós que somos os culpados? Os servidores são os culpados?

Precisamos despertar mesmo. Precisamos acordar mesmo. Não é questão nem de ser oposição, deputado Ricardo Vale. Isso é base, é questão de coerência. Nós temos que ter coerência para entender que somos responsáveis por isso.

Não adianta você servidor público reclamar no WhatsApp. Não adianta você servidor público dizer: “Caramba, que injustiça!”, “Nossa, as pessoas estão peregrinando.”, “Nossa, eu me aposentei, e não há nada aqui. E aí? Vai ficar por isso mesmo?”

Vamos acordar, galera! Vamos acordar! Vamos tomar esses espaços! Vamos denunciar! Vamos fiscalizar! Esse é o nosso dever, esse é o nosso papel, para que haja memória, para que

Brasília seja dos brasilienses, para que Brasília seja de quem precisa.

Eu demorei muito tempo para entender, deputado Max Maciel, que política era cuidar de pessoas. Eu tinha resistência com política. Hoje tenho mais certeza ainda do que estou fazendo nesta casa. Estou aqui para dar voz e vez às pessoas, inclusive aos servidores públicos, que, sim, fazem muito, e muitas vezes sem estrutura, como acontece na saúde e em diversas áreas, com diferentes categorias.

Contem conosco. Vamos, sim, nos unir para continuarmos resistindo. Se Deus quiser, em um governo que tenha mais responsabilidade com Brasília, avançaremos.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – Boa tarde ao presidente, a todos os presentes, aos demais parlamentares e às equipes de assessoria. Cumprimento o pessoal que está na galeria e cada uma das categorias presentes.

Quero falar, presidente, sobre 2 reclamações que recebi recentemente da população do Distrito Federal. Uma delas é muito recorrente. Por onde andamos no Distrito Federal, recebemos essa reclamação. Trata-se das barracas que são montadas nos espaços públicos, na frente das casas, na frente dos pequenos comércios, no meio do Eixão, em tudo quanto é parte.

Nesta semana, estive em Ceilândia e fui informado de que, na frente da casa onde estávamos, houve um tiroteio durante a semana causado por essas pessoas que se alojam na frente desses locais e que não podem ser retiradas. Elas nunca são retiradas dali. Nós fazemos um esforço enorme para tirar essas pessoas das ruas. Há hotel social, clínica de reabilitação, tudo o que se possa imaginar, mas elas não saem das ruas e não podem ser retiradas compulsoriamente.

Eu apresentei um projeto de lei que autoriza que essas pessoas sejam retiradas compulsoriamente, porque não é possível que os moradores tenham suas casas depreciadas, que os comerciantes tenham que fechar seus negócios pelo fato de que não se pode tirar essas pessoas das ruas. Rua não é moradia, não é dignidade.

Essa reclamação acontece em todo o Distrito Federal – do Plano Piloto a Brazlândia, de Brazlândia a Planaltina. Por onde passamos, ouvimos essa reclamação. Desde o primeiro dia de mandato, eu tenho me esforçado para encontrar uma solução para esse problema. Já estive no Ministério Público para conversar com o doutor Georges; no comando da Polícia Militar; na Secretaria de Desenvolvimento Social, com a secretária Ana Paula Marra; na Casa Civil do Distrito Federal, com o secretário Gustavo Rocha; em todos os lugares. A resposta é sempre a mesma: ninguém pode tirá-los de lá.

Enquanto isso ocorre, moradores do Noroeste fizeram um parque para as crianças brincarem, mas o parque que não tinha autorização. O que o DF Legal fez? Retirou o parque de lá.

De um lado, não se pode fazer a retirada; de outro, o parque foi retirado. Qual a diferença entre as 2 situações? Por que se pode remover uma e não se pode remover a outra? Por que uma ocupação irregular é removida e outra ocupação irregular não é removida? A população não entende, e, de fato, é incompreensível. Sei que essas situações afligem todo o Distrito Federal, porque, por onde andamos, recebemos esse tipo de reclamação.

Cada vez mais a situação vai piorando. Ontem, em Águas Claras, houve um episódio que envolveu uma dessas pessoas que fizeram da rua sua moradia e que não podem ser retiradas de lá. Ela agrediu um ex-policia militar com um pedaço de pau. O ex-policia militar estava armado e reagiu com um tiro, e essa pessoa morreu, lamentavelmente.

Não é incomum que essas pessoas se esfaqueiem na rua. Isso já aconteceu na rodoviária, na Asa Norte, em Águas Claras, em Ceilândia, em tudo quanto é canto. Nossa população virou

refém.

Em mais uma tentativa de resolver essa situação, foi apresentado um projeto de lei para reinserir essas pessoas na sociedade. O projeto visa instituir o programa Recomeçar DF, que consiste na retirada dessas pessoas da rua a fim de que possam se tratar, aprender um ofício e ser reinseridas na sociedade. Caso não queiram tratar seus vícios ou eventuais incapacidades de ordem mental, terão que ser retiradas das ruas compulsoriamente, porque nossas crianças, nossas famílias e nossos idosos acabam sendo colocados em risco. Não podemos mais tolerar que isso aconteça.

Trago ao conhecimento de todos essas reclamações. Isso chama atenção em todo o Distrito Federal. Peço que haja, no mínimo, isonomia de tratamento em relação a ocupações irregulares.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

(Assume a presidência o deputado Martins Machado.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente; boa tarde a todas as pessoas presentes. A galeria foi se esvaziando, mas os servidores permanecem: carreira de infraestrutura, carreira de planejamento urbano, servidores fazendários. (Palmas.)

Presidente, está chegando o limite de 4 de abril para a estruturação das carreiras e os reajustes. Mais uma vez, temos evidência de que o Governo do Distrito Federal não valoriza servidores públicos. Os servidores, mais uma vez, vêm, acertadamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Nossa solidariedade a todos vocês. Contem conosco nessas lutas.

Presidente, quero comentar que o deputado João Cardoso veio para a oposição e incorporou o Fidel Castro, nesta tribuna. Quero elogiar, deputado João Cardoso, seu discurso, porque faz uma importante denúncia.

O que me traz à tribuna, deputado Martins Machado, são alguns assuntos. O primeiro é mais uma greve de servidores públicos que está acontecendo no Distrito Federal, a dos professores e servidores da Universidade do Distrito Federal, a UnDF, cujos estudantes também estão em greve, ocupando a universidade.

O descaso do governo é generalizado. Na educação, deputado Martins Machado, são mais de R\$200 milhões que o Governo do Distrito Federal não repassou à Universidade do Distrito Federal, mais de R\$200 milhões cujo repasse a lei obriga e dos quais o governo dá calote!

Isso impõe dificuldade aos estudantes na permanência estudantil, porque eles precisam de refeitório, alimentação, dormitório, bolsas. Isso coloca professores e servidores em uma das piores carreiras de nível superior do Distrito Federal.

Trata-se de um governo que não gosta de democracia. Digo isso porque até hoje a universidade não conseguiu realizar eleição para reitor e para os cargos do conselho universitário. Qual é o medo que Ibaneis e Celina têm da participação social e da democracia? Nós sabemos que eles têm medo disso.

Vimos o governador Ibaneis tirando soneca, permitindo a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro e sendo aliado dela. Sabemos da pouca vocação de Ibaneis e Celina para a democracia.

É um absurdo! A universidade, que era para ser um importante instrumento de educação, inicia sua trajetória com sucateamento.

No entanto, dinheiro para os amigos há. Para o contrato de mais de R\$100 milhões para alugar um prédio do Iesb para a instalação do *campus* da Universidade do Distrito Federal em

Ceilândia, não falta dinheiro.

Não há planejamento, porque, no meio do semestre, querem mudar os estudantes de lugar, sem consultar a comunidade. Isso está gerando evasão, mais uma vez.

Há ainda os casos recentes de não pagamento, pela Secretaria de Educação, de salário de professor. Há um inquérito policial que envolve o secretário-executivo, senhor Isaias, que está sendo investigado por questão de aluguel na Secretaria de Educação.

O governo Ibaneis virou um escândalo!

Presidente, o segundo assunto que trago hoje é mais um escândalo. Saiu hoje a notícia de que o escritório do governador Ibaneis recebeu dinheiro da empresa PicPay, com a qual, no dia seguinte, ele assinou um contrato. Quando vamos investigar a empresa PicPay, descobrimos que a própria justiça, deputado Max Maciel, já tem avaliado, julgado e observado descontos ilegais feitos pela PicPay nos proventos de aposentados e pensionistas no Distrito Federal. As coincidências se somam, porque há decretos publicados desde 2024 que autorizam os descontos. O último foi do dia 20 de fevereiro de 2026, assinado pelo senhor Ângelo Roncalli de Ramos Barros, secretário-executivo de Gestão Administrativa da Secretaria de Economia.

Deputado Martins Machado, deputado Max Maciel e deputado Chico Vigilante, nós temos recebido, no nosso gabinete, uma série de denúncias de aposentados que também observaram descontos nos seus contracheques no valor de R\$56,14, realizados sem autorização pela Cassisp. Nós protocolamos uma denúncia de fato no Ministério Público pedindo o ressarcimento imediato e a interrupção dos descontos.

O governo Ibaneis, todo dia, está metido em confusão: é desvio de dinheiro, são escândalos e, agora, são descontos discricionários, sem autorização, de proventos de aposentados e pensionistas, com a participação de uma empresa com a qual o governo assinou um contrato em que o escritório do governador recebeu mais de R\$1 milhão por mês.

Porém, o Ibaneis tem a cara de pau, a desfaçatez, a desonestidade de dizer que é a oposição que está atrapalhando, deputado Max Maciel. Isso é desonesto e mentiroso. O governo do Ibaneis é uma vergonha, um desastre, uma tragédia! É corrupto. Ele vem dizer que é a oposição que está atrapalhando e que ele está fazendo de tudo para salvar o BRB? Mas salvar o BRB do quê? Quem negociou R\$30 bilhões com o Banco Master e utilizou o BRB para isso? Foi o governo dele!

Eu quero perguntar ao governador se as mortes nas portas dos hospitais e das UPAs também são culpa da oposição. Na campanha, ele disse que acabaria com o IGESDF, mas o ampliou, e o instituto tornou-se mais um instrumento de corrupção e de desvio de dinheiro. Isso é culpa da oposição? Devem ser culpa da oposição, deputado Martins Machado, as salas de aula superlotadas nas escolas, a falta de creches e os salários dos servidores que estão aqui lutando por valorização, isso deve ser culpa da oposição. Deve ser culpa da oposição a chuva, porque Brasília está na lama dos escândalos de corrupção e está na lama quando chove – cidades inteiras ficam enlameadas. Deve ser culpa da oposição o Drenar DF, programa milionário que não atinge seu objetivo e cujas obras não aguentam uma chuva. Deve ser culpa da oposição também a soneca do governador no dia 8 de janeiro.

A oposição continuará cumprindo o seu papel de fiscalização e defendendo esta cidade, o que o governo não faz. Vai ser culpa da oposição tirar o governador Ibaneis, de uma vez por todas, da política desta cidade. Brasília não merece esse governo desastroso, corrupto e desonesto, que é uma tragédia para o povo do Distrito Federal. Isto será culpa da oposição: o fim do governo Ibaneis-Celina.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Obrigado, deputado. Encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Boa tarde, deputado Martins Machado, que preside esta sessão. Boa tarde a todos os colegas que nos acompanham no plenário e a quem está na galeria. Saúdo a carreira de planejamento urbano e infraestrutura, que está sempre presente – no ano passado, nós incluímos vocês na LDO, isso é importante. (Palmas.) Saúdo os servidores fazendários que nos acompanham.

Saúdo também o pessoal do Sindireta, com quem nos sentamos para conversar. Eles não estão presentes, mas nós conversamos. Existe também um combinado na área da cultura para que haja uma carreira, que aprovamos ano passado, mas faltou a suplementação. É fundamental fazer esse debate.

Saúdo o Detran-DF, que esteve presente, e tantas outras figuras importantes.

Presidente, antes de iniciar a minha fala, peço aos colegas parlamentares que se encontram nesta casa que desçam rapidamente ao plenário para votarmos algumas moções. Nesta semana, há o aniversário de Ceilândia, que completa 55 anos. Nós vamos fazer uma sessão solene na cidade e queremos muito agradecer personalidades e figuras importantes de lá, por isso contamos com as moções.

Estão faltando apenas 3 parlamentares. Por favor, desçam!

Peço às assessorias que avisem isso aos deputados, para que possamos votar as moções e fazer um bom balanço para a cidade de Ceilândia.

Presidente, falando das carreiras, esteve na Câmara Legislativa a Polícia Penal, tanto aqueles que passaram no concurso e querem ingressar quanto aqueles que já estão na carreira e pedem que o governo incorpore o pagamento deles na folha atual, até que um debate que ocorre na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional avance. Eles fazem coro para isso.

Eu queria falar ainda de uma carreira que não está presente, mas que anuncia hoje uma assembleia com indicativo de greve: os metroviários. Pouca gente leva em consideração esses profissionais, que, todos os dias, mesmo diante da precariedade do sistema metroviário no DF, transportam mais de 140 mil pessoas e cuidam delas.

Nós estamos falando, presidente, de uma carreira que está há 13 anos sem concurso, com mais de 300 vacâncias, hoje, em seu quadro. Nós estamos falando de pilotos sobrecarregados, de agentes de estação que precisam cumprir múltiplas funções. Eles têm apenas 30 minutos de almoço, presidente. Diante desse quadro, foi feita uma escala para tentar suprir a demanda de trabalho. Por isso, não é à toa que nós encontramos algumas estações liberadas; é que não há um profissional ali para socorrer ou atender um passageiro.

Nós estamos falando do corpo operacional de segurança, que, às vezes, fica à mercê do acaso e, em outros momentos, concentra-se todo em 1 estação para cuidar de outras 4. Se houver uma intercorrência, quem vai fazer o socorro? Quem vai fazer o pronto emprego da ação necessária? Estamos falando também da equipe técnica que cuida do CSO, que têm uma formação que não se obtém em faculdade, mas dentro do sistema metroviário.

Esse quadro está obsoleto, presidente. Esse quadro está envelhecido, os servidores estão se aposentando. Há profissionais que fazem concurso e migram para outras áreas. Os servidores de manutenção ingressaram no primeiro concurso. Nós estamos falando de uma carreira que pede recomposição salarial, plano de saúde, auxílio-alimentação, pagamento de horas extras, feriados e trabalhos pecuniários.

O Metrô-DF está a um passo de colapsar e deixar de operar, e os poucos profissionais que permanecem lá estão sendo escanteados.

Então, mais uma vez, registro o meu apoio a essa categoria. Eles sabem que o nosso mandato tem atenção e apreço por eles. Digo à direção do Metrô-DF, com a qual nós temos um bom diálogo – eles sabem disso e conhecem a minha posição diante da situação –, que nós vamos convencer o Governo do Distrito Federal a lançar o concurso público, elaborar o plano de carreira desses profissionais, equiparar salários e garantir um corpo operacional eficiente para o sistema metroviário do DF.

Para encerrar, presidente, o que já foi dito aqui sobre a situação do Distrito Federal não é pouca coisa. Talvez a melhor atitude que o governador Ibaneis terá tomado pelo Distrito Federal, nos últimos 7 anos, seja renunciar no próximo sábado. Talvez essa seja a melhor coisa porque, a cada dia, surge uma nova surpresa que envolve negócios do escritório dele e a podridão do sistema financeiro que colocou o Banco de Brasília a serviço da negociata.

Que o governador se explique! Todos têm direito de firmar os contratos que quiserem de forma legal; ninguém aqui está discutindo isso. Mas – mais uma vez eu digo – é curioso que pessoas que tinham interesses escusos com o Banco de Brasília apareçam em negócios com o escritório do governador. Isso é ruim para a população, é ruim para os profissionais que há tanto tempo têm pedidos a fazer e assistem ao esfacelamento da política pública.

É péssimo que, quando andamos nas ruas, até nós que votamos contra os projetos de lei referentes ao BRB tenhamos que ficar dando explicações sobre a situação em que o Distrito Federal se encontra. É nosso papel, deputado Gabriel Magno, fiscalizar, mas as pessoas acham que nós votamos a favor dessa lambança. É importante reafirmar sempre: nós não votamos a favor do que está aí!

Há colegas parlamentares que agora estão descobrindo como esse governo é. Nós estamos há 3 anos e 3 meses dizendo: “Está errado!” Tentamos ajudar a melhorar o projeto que chegou a esta casa para dizer o que não deveria passar. Infelizmente, isso acabou passando.

Vamos aguardar sábado para saber se, de fato, o governador sairá. No entanto, a crise não vai acabar, porque nós vamos exigir que também sejam responsabilizados todos aqueles que colocaram o Distrito Federal na situação em que se encontra.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, o deputado Max Maciel lembrou bem: talvez a população desta cidade tenha a boa notícia da saída do governador Ibaneis Rocha do comando do Palácio do Buriti.

Hoje, na CBN, um professor de ciência política caracterizou o governador Ibaneis como ativo tóxico. Foi isto que o Ibaneis virou: um ativo tóxico. Ninguém mais quer chegar perto dele, ninguém mais quer aparecer do lado dele, ninguém mais quer se associar à imagem dele e àquilo que ele representa: um governo desastroso e que colocou o BRB no esquema do Banco Master.

É importante sempre lembrar que Bolsonaro e Tarcísio foram os maiores recebedores de investimentos e de financiamentos de campanha do cunhado do Vorcaro, que o BRB negociou R\$30 bilhões com o Banco Master, que o Flávio Bolsonaro fez propaganda do Banco Master, que o Centrão está um escândalo, que a extrema-direita está um escândalo e que a figura-chave em negociar R\$30 bilhões com o gangster do Banco Master é o governador Ibaneis Rocha – o ativo tóxico da política do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Não há quórum para deliberação.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.
Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

APA – Área de Proteção Ambiental
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Caeso – Caesb Esportiva e Social
Cassisp – Centro de Integração e Assistência aos Servidores Públicos
CEB – Companhia Energética de Brasília
Centrad – Centro Administrativo do Distrito Federal
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Diater – Diretoria de Administração de Terminais e Mobiliário Urbano
Fascal – Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
NEU – Núcleo de Educação em Urgências do Samu
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
Sindireta – Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal
Suter – Subsecretaria de Terminais, Mobiliário Urbano e Infraestrutura de Mobilidade Ativa
TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 26/03/2026, às 17:07, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2594042 Código CRC: 0E0C5547.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00011581/2026-24

2594042v5